

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.411.864 - RS (2011/0151959-8)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**EMBARGANTE : ML GOMES ADVOGADOS ASSOCIADOS E OUTROS**  
**ADVOGADOS : SALO DE CARVALHO E OUTRO(S) - RS034749**  
**LILIAN CHRISTINE REOLON E OUTRO(S) - RS056004**  
**LUIZA DE MOURA GAIGER E OUTRO(S) - RS083695**  
**SHAIANE TASSI MOUSQUER - RS064895**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

## **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. OMISSÕES NÃO EXISTENTES. PRETENSÃO RECURSAL QUE OBJETIVA NOVO JULGAMENTO DA CAUSA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.**

## **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por ML Gomes Advogados Associados, João Antônio Belizário Leme e Jean Ianov, contra acórdão da Primeira Turma desta Corte, assim ementado (fl. 1.486):

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. OFICIAL DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. RECEBIMENTO DE VANTAGEM INDEVIDA PAGA POR ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA. EXISTÊNCIA DE DOLO GENÉRICO. CONDUTA QUE SE CARACTERIZA COMO ÍMPROBA. REVISÃO DAS SANÇÕES APLICADAS. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

Os embargantes alegam omissão do julgado quanto aos seguintes temas: (a) presença de dolo nas condutas apontadas como ímprobas; e, (b) manifestação desta Corte quanto à tese de violação do art. 19, do CPC/73; (c) adequação da fundamentação do julgado a precedentes colacionados na fundamentação.

Impugnação às fls. 1.530/1.534.

É o relatório. **Decido.**

Inexiste omissão no julgado impugnado.

Isso porque, a despeito das alegações da parte, o Colegiado manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. Conforme já decidido por esta Corte, "O órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão". Confira-se:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. PREQUESTIONAMENTO, À MINGUA DA EXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART.

# Superior Tribunal de Justiça

## 535 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando presente, ao menos, uma das hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil.
2. O órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão.
3. A reiterada interposição de recursos, à míngua da efetiva existência de fundamentos aptos a ensejar a reforma do julgado, evidencia o caráter manifestamente procrastinatório do recurso, o que autoriza a aplicação da multa prevista no art. 538 do Código de Processo Civil.
4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl nos Edcl no AgRg no Resp 1.112.526, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julg. 21/02/13, Dje 05/03/13).

O que pretendem os embargantes é rediscutir o mérito do acórdão impugnado, porém, por via imprópria. Confira-se os precedentes desta Corte nesse sentido:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. INDEFERIMENTO DO PLEITO DE JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL. INSUFICIÊNCIA DA PROVA TESTEMUNHAL PARA DESCONSTITUIR O JULGADO. MAIORES INCURSÕES SOBRE O TEMA QUE DEMANDARIAM REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO. EMBARGOS REJEITADOS.**

1. Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração, como recurso de correção, destinam-se a suprir omissão, contradição e ambiguidade ou obscuridade existente no julgado. Não se prestam, portanto, para sua revisão no caso de mero inconformismo da parte.

[...]

4. A teor da jurisprudência desta Corte, "o julgador não é obrigado a rebater todos os argumentos aventados pelas partes quando o acórdão recorrido analisar, com clareza, as questões essenciais ao deslinde da controvérsia, havendo, ainda, razões suficientes para sua manutenção" (EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp n. 534.318/PB, Rel.

Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe de 17/6/2015).

5. No que tange à suposta contradição do decisum - que deve ser entendida como aquela interna entre premissas e conclusões do julgado -, não se infere nenhum vício a ser sanado na via dos aclaratórios. Decerto, nos termos do acima consignado, a irresignação da parte com o provimento judicial, contrário aos seus interesses, não pode ser confundida com julgamento incongruente.

6. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no RHC 94036 / PR, Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julg. 26/06/2018, DJe 01/08/2018, grifo nosso)

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. APONTADA CONTRADIÇÃO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DO JULGADO.**

**IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.**

- Os embargos de declaração prestam-se tão somente a sanar ambiguidade, contradição, obscuridade ou omissão do julgado, consoante dispõe o art. 619 do Código de Processo Penal, ou, então, retificar erro material, quando constatado.

[...]

- Inviável o acolhimento dos embargos de declaração, porquanto a pretensão apresenta caráter infringente e é nítida a pretensão de rediscutir a matéria já apreciada, o que não se coaduna com a medida integrativa.

- **Embargos declaratórios rejeitados.** (EDcl no HC 400071 / SC, Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julg. 05/12/2017, DJe 12/12/2017, grifo nosso)

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. INTEMPESTIVIDADE DO APELO ESPECIAL. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO JULGADO. INADEQUAÇÃO. EMBARGOS REJEITADOS.**

1. **Inexiste omissão a ser sanada, no caso, uma vez que o acórdão embargado explicitou adequadamente as razões pelas quais negou provimento ao agravo regimental.**

2. **Não se prestam os embargos de declaração para rediscutir matéria já devidamente enfrentada e decidida pelo aresto objurgado.**

[...]

4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no AREsp 1098662 / SC, Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julg. 21/11/2017, DJe 27/11/2017, grifo nosso)

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.**

1. De acordo com o artigo 619 do Código de Processo Penal, os embargos declaratórios são cabíveis nas hipóteses de haver omissão, contradição, ambiguidade ou obscuridade na decisão prolatada. Não pode tal meio de impugnação ser utilizado como forma de se insurgir quanto à matéria de fundo, quando esta foi devidamente debatida no acórdão embargado.

2. **Os embargos declaratórios opostos com objetivo de prequestionamento, para fins de interposição de recurso extraordinário, não podem ser acolhidos se ausente omissão, contradição ou obscuridade no julgado embargado.**

3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no REsp 1620209 / RS, Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julg. 30/03/2017, DJe 07/04/2017, grifo nosso)

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator

